

Luta e labor nas matas do interior: os mateiros na expansão da fronteira colonizadora do Brasil na primeira metade do século XX

Struggles and labor in the inland forests: foresters at the expansion of Brazil's colonizing frontier in the first half of the 20th century

Sandro Dutra e Silva*

Resumo: Apesar de sua relevância no avanço das frentes de expansão do Brasil, o mateiro tem recebido pouca atenção da historiografia voltada aos estudos sobre sociedade e natureza. Além disso, uma visão pejorativa sobre os mateiros, assumida sobretudo por trabalhos que criticam a rusticidade sertaneja e a ignorância caipira, contribuiu para que o seu papel social não fosse bem definido, o que dificultou a categorização do seu trabalho pela teoria social brasileira. Este estudo buscou analisar o papel dos mateiros, suas diferentes atividades e representações, bem como a relação da sua atividade com o contexto histórico do ambiente natural no Brasil, especialmente na sua função como agente da fronteira. Para tanto, foram identificadas diferentes representações desse personagem com base em fontes que descrevem a sua participação nas frentes de fronteira, tanto no Norte quanto no Brasil Central. Os registros históricos da primeira metade do século XX descrevem diferentes ofícios e representações dos mateiros. No entanto, reforçam seu papel como vanguardista da fronteira, destacando o contato pioneiro com o mundo natural, ao mesmo tempo que divergem sobre seus atributos e competências.

Palavras-chave: mateiros; fronteira; representação social.

Abstract: Despite being a prominent figure in advancing Brazil's frontiers, the *mateiros* have received very little attention from historians interested in studies of society and nature. Along

* Sandro Dutra e Silva tem licenciatura em História pela Universidade Estadual de Goiás, mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás e doutorado em História Social pela Universidade de Brasília. Tem estágio de Pós-Doutorado pela Universidade de Brasília e pela University of California, Los Angeles. E-mail: sandrodutr@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0001-5726>.

with a negative perception of the *mateiros*, particularly in studies that criticize the roughness of the backlands and the ignorance of rural folk, their role and social function have not been clearly defined, making it challenging for Brazilian social theory to categorize their work. This study aims to analyze the role of the *mateiros*, their various activities, and representations, as well as how their work relates to Brazil's historical and natural context, especially their function as agents of the frontier. To achieve this, we sought to identify the different depictions of this figure based on sources that describe their involvement in frontier expeditions in Northern and Central Brazil. Historical records from the early 20th century illustrate various trades and representations of the *mateiros*, reinforcing their image as frontier pioneers and highlighting their early interactions with the natural world while differing in their attributes and skills.

Keywords: Foresters; frontier; social representation.

Introdução

A HISTÓRIA DO DESMATAMENTO no Brasil é um dos temas fundantes do campo da história ambiental, uma vez que, no país, a história da ocupação e da colonização europeia está vinculada com o modelo agrário exportador, o qual é baseado sobretudo na utilização dos recursos florestais na agricultura. Há vários estudos que associam sociedade e natureza a partir dos registros históricos da produção de *commodities* agrícolas para exportação e da devastação das florestas do litoral brasileiro,¹ contudo poucos destacam o papel do mateiro nesse contexto.

Assim, o objetivo do presente artigo é compreender o papel do mateiro como agente histórico na fronteira e nas frentes de ocupação do sertão. Trata-se, no entanto, de uma categoria analítica complexa, marcada por particularidades que refletem a diversidade das tarefas desempenhadas e das pessoas que recebiam essa designação como ofício. Os mateiros tiveram uma participação significativa, por exemplo, nas expedições científicas realizadas por naturalistas no Brasil, especialmente no século XIX. Eles foram fundamentais nos deslocamentos e no reconhecimento biogeográfico da região, auxiliando na dinâmica expedicionária de relacionar os saberes locais com a missão científica.²

1 DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 1997. PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. NODARI, Eunice Sueli. "Mata Branca": o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem no estado de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (ed.). **História ambiental e migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012. pp. 35-53. Idem. As florestas do sul do Brasil: entre discursos de preservação e ações de devastação. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; DUTRA E SILVA, Sandro; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (ed.). **História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. pp. 241-260.

2 ANTUNES, Anderson Pereira; MASSARANI, Luisa Medeiros; MOREIRA, Ildeu de Castro. Uma análise da rede de auxiliares na expedição de Louis Agassiz ao Brasil (1865-1866). **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 9, n. 1, p. 111-125, 2016. ANTUNES, Anderson Pereira; MASSARANI, Luisa Medeiros; MOREIRA, Ildeu de Castro. "Practical Botanists and Zoologists": Contributions of Amazonian Natives to Natural History

Muitas vezes, os mateiros eram nativos da região e dispunham de vasto conhecimento sobre a fauna, a flora e a geografia locais, cuja função incluía participar das missões como guias, intérpretes e colaboradores essenciais para as expedições. Esses indivíduos exerciam múltiplas funções nessas viagens científicas, atuando como guias nas selvas brasileiras, mas também exercendo funções que exigiam tanto esforço físico quanto habilidades aprendidas no roteiro expedicionário, como coletar espécimes, auxiliar na localização de recursos naturais e transmitir seus conhecimentos sobre os ecossistemas locais. No trabalho de coleta e observação dos naturalistas, contribuíam de maneira prática para o avanço do conhecimento científico, especialmente nas áreas da botânica, da zoologia e da geografia.³ O enfoque deste artigo, todavia, recai no papel dos mateiros nas frentes de expansão da fronteira colonizadora, destacando sua atuação como desbravadores do interior brasileiro e seu envolvimento em funções mais específicas no contexto das formações florestais do Brasil Central e do Norte do país. Para tanto, utilizamos fontes que abordam a categoria do mateiro no contexto da fronteira, buscando compreender seu trabalho a partir da perspectiva “civilizadora” associada à conquista e ao domínio dos sertões brasileiros, sobretudo na primeira metade do século XX.

O mateiro e a fronteira também estão associados a processos ecológicos importantes, como o conhecimento do valor agrônômico dos matos e o avanço colonizador sobre a floresta tropical. A partir da introdução das primeiras mudas de café no Brasil, no final do século XVIII, a história das florestas do litoral atlântico passou a ser marcada pela grande expansão da fronteira cafeeira, que devastou uma significativa porção de mata tropical, principalmente na região do vale do rio Paraíba, no Sudeste do país. Além dos reflexos ambientais, o modelo exportador cafeeiro também reforçou o trabalho compulsório, intensificando o tráfico de escravos africanos para a colônia portuguesa. O porto do Rio de Janeiro foi, durante o século XIX, o principal destino para o tráfico de escravos, cujo fim era oferecer mão de obra às lavouras de café.⁴

A relação entre trabalho e meio ambiente na história colonial, vinculada ao uso dos recursos florestais, tem buscado, sobretudo, observar o papel da escravidão no modelo agroexportador, desenvolvido a partir da monocultura, da própria escravidão e do latifúndio. Nesses estudos, não há uma relação dicotômica nem determinista entre sociedade e natureza. Por outro lado, essas pesquisas precisam necessariamente destacar a interação entre cultura e natureza como condicionantes múltiplas. No caso brasileiro, a relação entre processos de colonização e mudanças nas paisagens não busca articular uma ruptura, mas sim analisar elementos condicionantes. Neste artigo, é abordado o processo histórico das transformações nas paisagens florestais brasileiras.⁵

Expeditions (1846-1865). **História Crítica**, n. 73, p. 137-160, 2019.

3 ANTUNES et al., op. cit., 2016. ANTUNES et al., op. cit., 2019.

4 BETHELL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil**: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos (1807-1869). Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Expressão e Cultura/Editora da Universidade de São Paulo, 1976. CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros**: o tráfico escravista para o Brasil. Tradução: Elvira Serapicos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

5 DEAN, op. cit., 1996. DRUMMOND, op. cit., 1997. PÁDUA, op. cit., 2004.

A obra de Warren Dean⁶ é grande referência nesse sentido, uma vez que abordou a história da Mata Atlântica brasileira por meio de diferentes *commodities* e ciclos relacionados à devastação florestal. Ele tratou do desmatamento provocado pela expansão do café, analisando também outros processos de uso dos recursos naturais, seja para a produção de energia, para o uso da madeira como *commodity* para exportação, seja no processo de urbanização e industrialização, na abertura de pastagens, entre outras finalidades.⁷ Contudo, as abordagens sobre o processo de desmatamento não explicitam muito quem eram os personagens responsáveis pelo trabalho árduo de derrubada e incêndio das florestas para a transformação das áreas em lavouras de café. A figura do mateiro seria a mais óbvia, já que esse trabalho exigiria esforços e investimentos que a atividade cafeeira destinava para o plantio e a importação de mão de obra escrava. Ou seja, os capitais empregados no sistema cafeeiro eram vultosos,⁸ sendo destinados, principalmente, para a manutenção das fazendas, o que incluía o investimento na importação de mão de obra escrava, e para as obras de infraestrutura e gestão da base produtiva para exportação dessa *commodity*. Assim, os investimentos utilizados para o desmatamento não aparecem de forma evidente nos estudos clássicos da história econômica brasileira, por isso podemos supor que houve um “esquecimento” ou um “silenciamento” da figura do mateiro, ou mesmo um “sombreamento” desse personagem, em razão de suas diferentes funções e papéis nesse contexto.

Muitas vezes, o mateiro é mencionado nos estudos sobre o tema de forma indireta, em descrições sobre desmatamento ou sobre como proprietários de terras, que detinham porções de áreas florestadas, utilizavam o seu trabalho para a derrubada, a queima e a retirada dos tocos e restos de árvores. Ele também é mencionado nos registros históricos sobre as florestas públicas de terra devoluta, figurando como personagem que tinha a finalidade de colonizar o interior brasileiro, comprovando o desmatamento e a ocupação agrícola dessas áreas de fronteira, detendo a posse da terra, como veremos mais adiante. No entanto, existiam outras funções e representações sociais que iam além do trabalho sazonal de derrubada e queima das florestas: o mateiro era também associado à figura do sertanejo, conhecedor de matas e caminhos na floresta; à representação do bandeirante, apresador de índios; e à colheita de produtos florestais e à criação de vilas, sobretudo no Norte do Brasil, como veremos adiante. Assim, o mateiro é um personagem histórico complexo e muito diverso no que concerne à sua identidade, às atividades desempenhadas, à raça e a outros elementos que o distinguem dos demais trabalhadores nesse cenário.

Como mencionado anteriormente, o objetivo central deste artigo é analisar o papel do mateiro, suas diferentes atividades e representações, além de sua relação com o contexto histórico do ambiente natural no Brasil. Isso inclui sua atuação na colonização, no desmatamento e na ocupação pioneira da fronteira – com a consequente devastação florestal –, bem como

6 DEAN, op. cit., 1996.

7 Ibidem.

8 PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

no exercício de funções específicas nos caminhos do sertão e nas densas florestas tropicais brasileiras. A nossa intenção é, portanto, compreender a multiplicidade de representações desse personagem, muitas vezes silenciada pela historiografia brasileira ou mesmo desconsiderada por sua ação periférica nos eventos históricos da fronteira.

Assim, buscamos retratar esse personagem a partir das representações das frentes pioneiras e das diferentes funções exercidas por ele nas florestas do Norte do país. Apesar de dialogarmos com contextos que envolvem a história econômica e ambiental no Brasil, a nossa análise está centrada em fontes e documentação pertencentes à primeira metade do século XX, em razão de existirem registros sobre o mateiro e sua participação nas frentes de fronteira, tanto no Norte quanto no Brasil Central. Buscamos, então, identificar nos registros históricos a forma como a categoria do mateiro, como um tipo específico de trabalhador, era percebida e descrita pela sociedade brasileira na primeira metade do século XX.

Nesse sentido, muito nos interessam as descrições da diversidade de atividades do mateiro e da sua relação com a floresta e com os caminhos do sertão hostil, no contato com os silvícolas, imerso no cotidiano da vida dos matos no Norte brasileiro. Ao mesmo tempo, objetivamos com isso compreender como essas categorias também dialogam com outros elementos representativos da teoria social brasileira sobre a sociedade e a natureza nesse período. Aqui, é proposto um recorte geográfico em relação ao papel dos mateiros e à sua função rural, pois procuramos considerar, sobretudo, a ocupação das florestas do interior goiano, sem a pretensão de analisar toda a representação da expansão da fronteira sobre as florestas no Centro-Sul brasileiro. Esse recorte se faz pertinente porque pode nos ajudar a compreender a diversidade de relações entre o papel dos mateiros e o mundo natural, tendo como elemento comparativo as formações florestais e suas especificidades no contexto da fronteira, levando em consideração os biomas Cerrado e Amazônia.

Então, interessa-nos saber se, no contexto ambiental amazônico e na floresta equatorial, a função do mateiro assume as mesmas características do que as pertinentes às matas tropicais do Brasil Central. Quais são as relações entre o trabalho do mateiro e as exigências da sua função no contexto do mundo amazônico? Qual o seu papel na expansão da fronteira agrícola no Brasil Central? A relação entre o mundo natural e as exigências de expertise e competências dos mateiros nessas duas matrizes ambientais são semelhantes ou apresentam particularidades? E, de forma geral, por qual razão essa categoria profissional e esse personagem histórico são relegados a uma condição periférica, ou mesmo silenciada, nos estudos que envolvem sociedade e natureza no Brasil?

As diferentes representações do mateiro nas florestas do Norte

O SILENCIAMENTO QUE OCORRE em relação ao trabalho dos mateiros na colonização e na expansão da fronteira agrícola no Brasil, por meio do desmatamento, também existe no que

concerne à sua função social. Muitas vezes, sua atuação se mistura com uma diversidade de funções sociais, sendo chamados de sertanejos, agregados ou bandeirantes do fogo, com vasta experiência em relação às matas e às espécies botânicas. Os mateiros tiveram uma função social importante também nas expedições científicas envolvendo naturalistas, sertanistas, geógrafos e outros profissionais, em missões governamentais e científicas. A forma de descrever as florestas para fins agrícolas foi destacada em trabalhos de geógrafos, que também adotaram a descrição de paisagens e fitofisionomias.⁹ No Brasil Central, os mateiros estabeleceram formas de classificação das paisagens que passaram a ser utilizadas pela comunidade científica. O Mato Grosso de Goiás, por exemplo, era descrito como uma densa floresta tropical que se diferenciava do Cerradão (matas do Cerrado), Cerrado, Campos Gerais e Campo Limpo.¹⁰ Em uma matéria do jornal *O Fluminense*, datada de 5 de maio de 1900, os articulistas esclareciam sobre o avanço da agropecuária e a necessidade de serem feitos cercamentos com uso de madeira, para melhor aproveitamento das cercas. E, na descrição das madeiras mais adequadas, indicavam espécies que se tornariam “postes vivos”, pela possibilidade de enraizamento, mencionando outras mais resistentes: “Entre outras, são usados para esse fim o sanandú ou mulungú (*erythrina*), o anda-açú (Anda Gimeno ou *Johanesia princeps*), o cedro (*Cedrela brasiliensis*) e outras conhecidas dos mateiros das diferentes zonas.”¹¹ O mateiro, nesse sentido, estava associado àquele que tem conhecimento das espécies florestais e dos diferentes usos a elas atribuídos.

Na matéria intitulada “Exploração na Amazônia”, publicada no *Jornal do Commercio*, em 18 de junho de 1912, os articulistas descreviam a grande floresta pluvial como uma zona atrativa para migrações e formação de novos núcleos populacionais. O texto destacava as dificuldades da vida na floresta, mas, ao mesmo tempo, reforçava a resiliência e a adaptabilidade dos seringueiros. Os seringais amazônicos passavam a ser um atrativo para pioneiros, contexto em que a função do mateiro era destacada:

A Amazonia é toda ella dividida em seringaes, e nelles reside a vida de toda aquella região. Pelo que, se pode dizer, de uma maneira geral, que a Amazonia é o seringal [...] Consiste ella sómente em saber si nelle ha em abundancia a arvore da borracha. Si ha, estabeleceu o seringal, e ahi então é que é o trabalho. Este serviço de “exploração” é feito especialmente pelos “mateiros”, homens do povo, simples e ignorantes, que não se perdem na mata, tiram o rumo de uma estrada, de um caminho qualquer, para os pontos mais longínquos, como se fossem engenheiros, dispusessem de dados

9 WAIBEL, Leo. Uma viagem de reconhecimento ao sul de Goiás. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 9, n. 3, p. 313-342, 1947. WAIBEL, Leo. Vegetation and land use in the Planalto Central of Brazil. *Geographical Review*, v. 38, p. 529-554, 1948. JAMES, Preston E. Trends in Brazilian agricultural development. *Geographical Review*, v. 43, n. 3, p. 301-328, 1953.

10 WAIBEL, op. cit., 1947. WAIBEL, op. cit., 1948. JAMES, op. cit., 1953. RIBEIRO, José Felipe; WALTER, Bruno Machado Teles. Fitofisionomia do bioma cerrado. In: SANO, Sueli Matiko; ALMEIDA, Semíramis Pedrosa de (ed.). **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina: Embrapa-CPAC, 1998. p. 89-166. SANO, Sueli Matiko; ALMEIDA, Semíramis Pedrosa de (ed.). **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina: Edições Embrapa, 1998. SANO, Sueli Matiko; ALMEIDA, Semíramis Pedrosa de; RIBEIRO, José Felipe. **Cerrado: ecologia e flora**. Brasília: Embrapa Cerrados/Embrapa Informação Tecnológica, 2008. DUTRA E SILVA, Sandro. **No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

11 AGRICULTURA: cercas e tapumes. *O Fluminense*, Rio de Janeiro, ano 3, 5 maio 1900.

científicos. [...] A' medida que se avança para os logares não explorados, estes vão pertencendo aos seus primeiros ocupantes.¹²

O mateiro também era considerado como um sertanista, isto é, um explorador dos sertões e das matas brasileiras. Mesmo sem uma formação acadêmica, era comparado a engenheiros e cientistas. Como os pioneiros da fronteira, de Frederick Jackson Turner,¹³ e os bandeirantes, de Cassiano Ricardo,¹⁴ os mateiros constituíam seu renascimento, ao modo da visão romântica sobre o contato com a natureza e os indígenas: “nada impede o seu caminho, nem as doenças, nem a morte, nem a própria natureza que, conspirando em peso contra ella, parece ser destinada a insectos e amphibios”.¹⁵ Além do romantismo naturalista, o papel da masculinidade era uma outra variável que compunha a construção social do mateiro: “Pelo exposto, póde-se avaliar bem da energia, da tenacidade, das qualidades masculas daquela gente”.¹⁶

A função do trabalho dos mateiros como desbravadores e sertanistas também é destacada em matéria publicada em *O Jornal*, em 27 de fevereiro de 1927, que tratava do projeto de criação de uma rodovia que ligaria Manaus (Amazonas) a Rio Branco (Acre). De acordo com a matéria, o governo do estado do Amazonas havia comissionado os mateiros Luiz Ogden Colins e Aquino de Souza para liderarem uma expedição para exploração e abertura de uma picada que serviria de base para os estudos rodoviários. O texto ainda indicava os recursos e materiais da expedição, que seria composta por outros 15 mateiros, apontando que os pagamentos seriam efetuados, sendo uma parcela no início da expedição e outra na conclusão dela, incluindo o valor dos mateiros comissionados, além das “despesas com o salario do pessoal, rancho, materiaes, armas, munições, medicamentos, transportes e quaesquer outra”.¹⁷ Essa concepção do mateiro como um conhecedor das matas e dos caminhos nas florestas também é destacada na reportagem publicada na revista *O Cruzeiro*, de 20 de janeiro de 1951, feita por meio do trabalho do jornalista José Ferreira e do fotógrafo Roberto Maia, que estiveram em expedição no Território Federal de Guaporé, “no sertão rondoniano”.¹⁸ A matéria se baseava no diário de expedição do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), a respeito de uma viagem feita às terras dos Araras, numa missão de busca da professora Norma Iracema, que estava desaparecida no território de Rondônia. A missão de resgate havia sido planejada em abril de 1950, mas teve que ser postergada por não haver mateiros que pudessem acompanhar a viagem de 120 quilômetros por matas e picadas abertas para as telegráficas. Segundo a matéria, “No momento preciso, entretanto, faltaram-nos mateiros. Nenhum d'esses fabulosos conhecedores da selva quis ou nos pôde guiar nessa empreitada. Desistimos, prometendo voltar em ocasião mais

12 EXPLORAÇÃO na Amazonia. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 824, 18 jun. 1912.

13 TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American history*. Mineola, Nova York: Dover Publications, 2010.

14 RICARDO, Cassiano. *Marcha para oeste*: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1959.

15 EXPLORAÇÃO..., op. cit., p. 2.

16 Ibidem.

17 RODOVIA ligando Manaus a Rio Branco. *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano 9, 27 fev. 1927.

18 EXPEDIÇÃO da fome. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, n. 14, 20 jan. 1951.

propícia”.¹⁹ A expedição, então, foi transferida para outubro, em razão da indisponibilidade de mateiro, que deveria levar os expedicionários de São Paulo até as terras dos índios Araras e Urucus para resgatar a professora Norma Iracema, a “tuxaua” loura, considerada “chefe” de duas tribos ferozes e indômitas no Guaporé (Rondônia).

Essa seria, assim, outra representação do mateiro: um profundo conhecedor da selva e de formas de sobrevivência em meio a ela. A reportagem descreve momentos de fome e de precariedades na floresta, com destaque para o mateiro como aquele que conhecia formas de sobrevivência e tinha resiliência em meio à brutalidade do ambiente. A floresta, por sua vez, responde com severidade (“o beliscão”) ao contato imprudente do civilizado diante dos mistérios das matas e dos sertões, na chamada “expedição da fome” (Figura 1): “esse beliscão é a fome, é a flecha do índio roubando um companheiro, é o cansaço, é a maleita, é a beribéri, é a vontade de morrer, de ficar apodrecendo aos pouquinhos, em vida, entregando-se vencido à brutalidade estúpida do ambiente”.²⁰

Figura 1 – A busca pela “tuxaua” branca, mostrando expedicionários e mateiros “perdidos na floresta”



Fonte: EXPEDIÇÃO da fome. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, n. 14, 20 jan. 1951. Fotografia: Roberto Maia.

¹⁹ Ibidem, p. 44.

²⁰ Ibidem, p. 42.

Essa narrativa, registrada pelo repórter José Ferreira para *O Cruzeiro*, destaca a vulnerabilidade do homem civilizado frente ao sertão indômito, ao mesmo tempo em que reforça os atributos do mateiro, conhecedor implacável dos sertões, em uma alusão à tipologia bandeirante, presente sobretudo em Cassiano Ricardo, o qual considera que o espírito do desbravador (atribuído aos novos bandeirantes, como o marechal Cândido Mariano da Silva Rondon) era a característica da brasilidade que precisava ser revivida no século XX. Os mateiros poderiam, dessa forma, ser considerados os novos bandeirantes pelo amplo conhecimento do mundo natural que detinham “na luta com a geografia, com a floresta, com os rios encachoeirados, com os igarapés, com as nascentes ocultas do labirinto amazônico – e ainda com os índios, doenças, feras e monstros na fixação da fronteira”.²¹ Esse atributo também se assemelha à visão romântica acerca da fronteira, muito bem apresentada por Turner.²² Outra representação do mateiro estava centrada na sua vinculação como bandeirante e no seu papel em relação aos indígenas. Uma matéria publicada em *O Jornal*, em 22 de março de 1931, exaltava a atuação do SPI, inaugurado no Brasil em 1910, como uma instituição que cumpria uma missão fundamental para a pacificação de tribos indígenas e o exercício de seus agentes: “Seus agentes sempre percorreram as mattas sem soldados e em pequenos números”.²³ A matéria, no entanto, procurou diferenciar o trabalho técnico dos sertanistas, comparando-os aos missionários católicos na proteção contra os mateiros, que agiam no apresamento indígena, procurando dar proteção e amparo aos índios: “em primeiro lugar, por serem pagãos e estarem, por isso impedidos de chegar ao céu, patria única e definitiva dos catholicos; em segundo lugar, por serem perseguidos pelas diversas especies de mateiros”. Nessa publicação, o mateiro se assemelha à visão negativa do bandeirante, muito bem apresentada por Capistrano de Abreu.²⁴

Os mateiros também eram associados a gananciosos exploradores de madeira, responsáveis pela devastação de matas, como apresentado em uma matéria publicada em *O Dia*, em 13 de julho de 1935. O artigo, escrito após a criação do Código Florestal (CF) de 1934,²⁵ exaltava a riqueza florestal brasileira e exortava a necessidade de criação de uma política governamental para promover a exploração racional e econômica da silvicultura no Brasil, país que dispunha de vastas e abundantes florestas. Ao admoestar os brasileiros sobre os ineficientes esforços em salvaguardar o patrimônio florístico, a matéria apresentava um outro atributo da representação do mateiro:

A verdade, entretanto, é que pouco temos feito no sentido de manter esse patrimônio e promover a exploração metódica e econômica das possibilidades que êle nos proporciona, porque embora, ha muito, tenhamos leis e regulamento que procuram cohibir a ganancia dos

21 RICARDO, op. cit., 1959, p. 321.

22 TURNER, op. cit., 2010.

23 O SERVIÇO de proteção aos indios e a Catechese Catholica. *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano 13, n. 3793, 22 mar. 1931.

24 ABREU, Capistrano de. **Capítulos da história colonial** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009.

25 BRASIL. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o código florestal que com este baixa. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, p. 2.882, 9 fev. 1934.

mateiros, no propósito de preservar as florestas da completa devastação que as ameaças pela desordenada extração de essências para construção e outros fins, dormentes e lenha em larga escala, a obra destruidora vai por diante mesmo nos centros onde mais facilmente se poderia exercer ação fiscalizadora, preventiva e repressiva.²⁶

A representação mais contumaz do mateiro, entretanto, está vinculada ao colono que abria roças na frente pioneira, seja desmatando as terras arrendadas dos proprietários das fazendas – trabalho mais comum no Sudeste e Centro-Oeste, voltado à abertura de roças para futuros cafezais –, seja atuando como castanheiro e seringueiro nas florestas do Norte do Brasil. Assim, além do bandeirante desbravador, que acompanhava os expedicionários e as missões sertão adentro, o mateiro também era um pioneiro na frente fronteira, abrindo caminhos para novas empreitadas, privadas e governamentais, na fronteira. Esse novo atributo não excluía as prerrogativas do mateiro como um conhecedor da floresta, colocando-o como um roceiro em marcha para o sustento familiar. Essa categoria não se restringia ao trabalho masculino, pois ele seguia acompanhado pela família. Na verdade, eram famílias de mateiros que se aventuravam no trabalho de lidar com a floresta, seja explorando os recursos naturais, seja derrubando as matas para o sustento, limpando o território para o avanço da fronteira agrícola.

Alguns registros importantes sobre esse tema foram feitos a partir de conflitos no Norte do Brasil, na primeira metade do século XX. Talvez porque esses registros evidenciassem a brutalidade entre indígenas e mateiros, atraindo um público ávido por histórias da fronteira do sul do país. Uma matéria publicada em *O Cruzeiro*, em 3 de março de 1951, narra a história de dois mateiros assassinados pelos índios Gaviões, na região do rio Tocantins, estado do Pará.²⁷ Em 14 de outubro de 1950, os mateiros José Alves da Silva e João Alves Xavier atravessaram a roça de milho plantada por eles e adentraram a floresta para colher açaí. Os dois foram flechados por índios Gaviões, sendo que João Alves conseguiu fugir e foi socorrido na vila de mateiros. Levado de barco, numa viagem de dois dias para Marabá, acabou falecendo. O outro mateiro, José Alves, foi localizado morto, com 68 flechas encravadas no corpo. Os repórteres Arlindo Silva e José Medeiros foram designados para cobrir esse fato no Pará, fazendo importantes registros sobre os mateiros e sua relação com a fronteira.

O contexto dessa região do Pará evidencia um conflito entre mateiros e indígenas, fato que ainda persiste na região, sobretudo na fronteira biogeográfica entre os biomas Cerrado e Amazônia – o que também inclui outros agentes, como garimpeiros e madeireiros. A reportagem procurava defender o trabalho dos mateiros, afirmando que muitas vilas haviam sido abandonadas, em razão do temor diante dos indígenas, e que os mateiros agora se equipavam para entrar nas matas em grupos, e bem armados (Figura 2).

26 COMERCIO de madeiras. *O Dia*, Curitiba, ano 13, n. 3.527, 13 jul. 1935.

27 ÍNDIOS em pé de guerra. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, n. 20, 3 mar. 1951.

Figura 2 – Como os mateiros enfrentavam o terror da selva

Fonte: revista *O Cruzeiro*. Fotografia: José Medeiros, 1951.²⁸

No Norte do Brasil, os mateiros encaravam as dificuldades da floresta e do ambiente hostil para a sua fixação como roceiros, mas também enfrentavam outros desafios frequentes, como os ataques indígenas em decorrência do avanço sobre o território silvícola. Os repórteres Arlindo Silva e José Medeiros registraram outro conflito nessa região, dessa vez entre Caiapós e mateiros, no Xingu. Diferente dos índios Gaviões, na região do Tocantins, os Caiapós usaram rifles e carabinas. Sobre o cotidiano dos mateiros (seringueiros e castanheiros), os repórteres registraram que eles viviam em “condições piores que os selvagens. Moram em ranchos cobertos com folhas de buriti, passam o ano inteiro comendo farinha e seus bens são: um terçado, uma arma de fogo, e a rede de dormir”.²⁹

Os mateiros do Xingu mantinham relação de trabalho com comerciantes de Belém, no estado do Pará, que compravam deles a seringa, pagando não em espécie, mas com mercadorias trazidas nos barcos. Os repórteres registraram que a situação vivida por eles era de precariedade, tensão e vulnerabilidade. De um lado, estabeleciam uma relação abusiva com os comerciantes de Belém, de outro, a sua relação com os silvícolas era de constante tensão e periculosidade. Era dessa forma que eles se mantinham nas selvas, plantando roça e extraíndo o látex dos seringais. Nas palavras de um mateiro: “Entre o índio e o patrão, eu prefiro o primeiro. O índio vem e mata logo. O patrão vai nos liquidando aos poucos, sugando nosso sangue gradativamente, e só nos deixa quando estamos velhos, cansados e doentes”.³⁰

²⁸ Ibidem, p. 90.

²⁹ HOMEM branco na aldeia dos Caiapós. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, n. 34, 7 jun. 1952.

³⁰ Ibidem, 1952, p. 22.

Os mateiros na economia cafeeira e na expansão da fronteira no Brasil Central

A HISTÓRIA ECONÔMICA do Brasil, tradicionalmente, considera que a partir do século XVIII acontece um renascimento da agricultura no país.³¹ Segundo o historiador Caio Prado Júnior,³² até a segunda metade do século XVIII, a mineração praticamente absorveu as atividades econômicas do país, rigidamente controladas pelo modelo mercantilista português, a ponto de considerar que, até a primeira metade do século XVIII, houve um período sombrio para o desenvolvimento da agricultura.

Uma questão conjuntural no comércio atlântico fez com que a Coroa portuguesa perdesse espaço no concorrido mercado dos exclusivismos coloniais, principalmente na exportação de açúcar.³³ O declínio da atividade mineradora forçava a Coroa portuguesa a encontrar alternativas na agricultura para a manutenção do comércio colonial brasileiro. Mas, ao mesmo tempo, o cenário europeu, com demandas oriundas da revolução industrial, abria oportunidades para a produção de novas *commodities* agrícolas tropicais. O açúcar ainda se mantinha como um gênero tropical com demandas no mercado internacional, mas o algodão passava a ser uma alternativa importante, sobretudo a partir das demandas de matéria-prima oriundas da emergente indústria têxtil europeia.

O *boom* da produção algodoeira resultou na dispersão dessa cultura por diferentes regiões do território brasileiro, difundindo-se desde o litoral norte (região do Pará e Maranhão), passando pelas regiões dos Campos Gerais do Paraná, avançando até regiões da campanha gaúcha, ao sul do Brasil. O algodão também se difundiu para as regiões do interior, chegando até Goiás, que era produtor e exportador de fibra. Assim, diferentes paisagens e fitofisionomias foram alteradas pelo trabalho dos agricultores. Mas, com o declínio dos preços e a concorrência do algodão norte-americano, a produção de fibra e a expansão da fronteira algodoeira sofreram grande retração.³⁴ Um fato importante na relação entre a cultura do algodão e as matrizes ambientais é que essa cultura, diferentemente do tabaco, preferia as áreas de menor umidade e com regularidade pluvial, avançando para o interior, ao invés do litoral. Os campos e as terras mais secas do interior brasileiro passaram a receber esse produto, o que nos faz considerar que o pouco aproveitamento das formações florestais para esse fim resultou em menor necessidade do uso de recursos florestais.

Além da cana-de-açúcar, do tabaco e do algodão, outro produto importante no comércio atlântico no Brasil foi o arroz – indicado como o segundo produto de exportação agrícola, perdendo apenas para o açúcar.³⁵ No século XVIII, contudo, surgiu um novo produto para o

31 PRADO JÚNIOR, op. cit., 1983.

32 Ibidem.

33 Ibidem.

34 Ibidem.

35 Ibidem.

mercado internacional de *commodities* agrícolas: o café. A lavoura cafeeira, diferentemente de produtos como cana, tabaco e arroz, que preferem a baixada litorânea, foi estabelecida nas florestas que margeiam as encostas de serra, marchando para as zonas de matas do interior, o que foi favorecido pela expansão da malha ferroviária.

A fronteira do café, entre o final do século XVIII e o final do século XIX, se expandiu pelas matas do interior brasileiro, mas esse processo foi marcado por tensões e vulnerabilidades, tanto do ponto de vista ambiental quanto do aperfeiçoamento tecnológico. Tanto a história econômica quanto a história ambiental consideram esse período como sendo marcado por devastação ambiental e uso de técnicas de manejo rústicas, bárbaras, primitivas e destrutivas para as práticas de derrubada e queimadas.³⁶ As matas eram selecionadas pelas propriedades edáficas, sendo que os mateiros relacionavam a composição florística à qualidade e à fertilidade do solo.³⁷ A coivara era a técnica adotada pelo colonizador para a transformação de áreas florestadas em lavouras de café.

Nesse contexto, o mateiro passou a ser um personagem importante nas tarefas de colonização, desmatamento e expansão da fronteira agrícola. Prado Júnior³⁸ afirma que a “devastação da mata em larga escala ia semeando desertos estéreis atrás do colonizador, sempre em busca de solos frescos que não exigissem maior esforço da sua parte”. A denominada “agricultura extrativa” caminhava em busca de novas áreas para desmatamento, seguindo a marcha em direção ao oeste paulista, ao norte do Paraná e para as florestas do interior goiano.

O modelo de colonização agrícola europeia nos trópicos inaugurou o padrão comercial extensivo na produção de *commodities* agrícolas em larga escala, adaptado mais recentemente por sociedades de clima temperado. Todavia, a agricultura extensiva tropical se manteve por séculos associada a práticas rudimentares, tanto no que concerne ao progresso técnico quanto às relações sociais de produção. O modelo agrícola dos trópicos no Brasil se fundamentava nos recursos naturais abundantes, com a exuberância vegetal das florestas ombrófilas e o depósito secular de matéria orgânica decomposta em solo virgem.³⁹

Mas, além da relação entre o regime oneroso e exaustivo dos recursos florestais e edáficos, fica evidente também a exploração de formas de trabalho compulsório. Nesse sentido, vale destacar as práticas agrícolas feitas por meio do uso da escravidão, aliada ao manejo devastador das florestas, por meio da ação de mateiros. Nos chama atenção, por exemplo, como a historiografia brasileira repercute a expansão da agricultura extrativa tropical, destacando os seus processos produtivos e enfatizando, com propriedade, o trabalho escravo na economia cafeeira; no entanto, os mateiros são figuras silenciadas e marginalizadas nesse processo.

36 DEAN, op. cit., 1996. DRUMMOND, op. cit., 1997. PÁDUA, op. cit., 2004. PRADO JÚNIOR, op. cit., 1983.

37 WAIBEL, op. cit., 1947. WAIBEL, op. cit., 1948. JAMES, op. cit., 1953.

38 PRADO JÚNIOR, op. cit., 1983. p. 88.

39 Ibidem.

Prado Júnior,⁴⁰ por exemplo, faz importantes abordagens sobre a escravidão nas lavouras cafeeiras, destacando também o avanço da fronteira do café para as regiões interioranas, partindo do Vale do Paraíba para outras regiões brasileiras, seguindo as matas e a fertilidade natural dos solos. Em nenhum momento, o trabalho dos mateiros é indicado como elemento-chave no modelo de colonização e desmatamento. Ele destaca as vantagens naturais das matas e a qualidade do clima nas zonas altas de floresta para onde o cafezal avançava: “Subindo pelo rio, os cafezais invadem e ocupam largamente a parte oriental da província de São Paulo. Tomam-lhe também a vertente setentrional, estendendo-se pela região fronteiriça de Minas Gerais”.⁴¹

Os cafezais, entretanto, não avançavam naturalmente sobre a terra desmatada, sendo que a expansão dessa fronteira foi decorrente do trabalho rudimentar de agricultores familiares, desprovidos de propriedade, cuja única forma de sustento era ocupar zonas florestadas de grandes proprietários, de acordo com contrato de uso, até deixar o terreno pronto para a lavoura cafeeira. Esse trabalho consistia no desmatamento, nas derrubadas e nas queimadas, o qual era realizado por pessoas que usavam a técnica rudimentar da coivara.

Mateiros na expansão da fronteira agrícola e demográfica no Brasil Central

A FRONTEIRA DO CAFÉ se expandiu em direção à grande floresta tropical atlântica, em áreas onde o solo apresentava reconhecida fertilidade e aptidão para a produção cafeeira. Conforme apresentado anteriormente, a historiografia brasileira – tanto a interessada na história social quanto a voltada à econômica – deu pouca visibilidade aos atores sociais responsáveis pelo desmatamento e pelo consequente avanço em direção às matas do interior. Essa fronteira era impessoal e os mateiros se confundiam com os próprios cafezais. Ela subia rios e os cafezais invadiam as matas e morros, conforme Prado Júnior.⁴² Da mesma forma, o historiador ambiental Warren Dean⁴³ afirmava que as condições ecológicas e climáticas favoreciam a expansão da cafeicultura para os “mares de morros” da floresta tropical da Mata Atlântica, dizendo também que a crença de que a bem-sucedida empreitada do café exigia floresta “virgem” e gerava a devastação da Mata Atlântica: “O café avançou, portanto, pelas terras altas, de geração em geração, nada deixando em seu rastro além de montanhas desnudas”.⁴⁴ Mas quem eram os agentes responsáveis pelo desmatamento e pela expansão da cultura do café na frente expansionista para as matas tropicais do interior do Brasil?

A informação histórica indicava que havia um roteiro de expansão. Do Vale do Paraíba, a fronteira se expandia para o oeste paulista e também para a “vertente setentrional”,

40 Ibidem.

41 Ibidem, p. 162.

42 Ibidem.

43 DEAN, op. cit., 1996.

44 Ibidem, p. 196.

nos limites com o estado de Minas Gerais.⁴⁵ Esse era o roteiro dos mateiros na frente de expansão do café, cuja tarefa era utilizar as áreas de floresta por um tempo limitado (em média, cinco anos), no qual intercalavam a derrubada com o plantio de grãos (geralmente, milho e arroz), com os quais se alimentavam (incluindo seus familiares), e ainda repartiam a produção com os proprietários das terras, em regimento de arrendamento (agregados e meeiros).

Nas plantações de cacau, no sul da Bahia, o mateiro também é descrito como “contratista”, que consistia em um tipo de relação de trabalho acordado no qual o contratado (o mateiro) deveria derrubar e queimar as áreas de mata, podendo usufruir da terra para o plantio de roça de subsistência. Após o término do serviço – que poderia durar entre três a seis anos –, o contratista teria o pagamento de seus serviços efetuado. Após a área ser desmatada, o plantio de cacau era iniciado pelo proprietário, e o contratista buscava novas matas para continuar a tarefa de desmatamento. No sul da Bahia, o mateiro era indenizado pela “benfeitoria” do desmatamento, sendo que o valor da indenização era mensurado pela quantidade de mudas de cacau plantadas. Os contratos, no entanto, eram verbais, e muitas vezes o cumprimento do acordo nem sempre era mantido pelos proprietários de terra.⁴⁶ Os estudos sobre os contratistas, agregados e meeiros no sul da Bahia nos ajudam a elucidar a relação entre o trabalho e o mundo natural nas frentes de expansão no Brasil, sobretudo em relação ao tema que envolve os mateiros e a fronteira do café.

A fronteira do café – e seus diferentes atores, como mateiros, contratistas, agregados, meeiros e escravos – teve início no Vale do Paraíba, onde atingiu seu apogeu, na segunda metade do século XIX. Com o esgotamento dos solos e o declínio da produção cafeeira, a partir dos anos de 1880, a fronteira do café começou a se deslocar para o oeste paulista. No final do século XIX, o oeste do estado de São Paulo já utilizava um misto de mão de obra escrava e de trabalhador assalariado (geralmente, o imigrante italiano). A expansão da ferrovia seguia a marcha da fronteira do café, que também se expandia para o sul do estado de Minas Gerais, até a década de 1920. A partir desse período, uma nova frente de expansão do café seguiu em direção ao norte do Paraná e ao sul de Goiás, completando um ciclo de avanço demográfico e agrícola sobre as florestas do interior brasileiro.⁴⁷

45 DEAN, op. cit., 1996. PRADO JÚNIOR, op. cit., 1983.

46 MARINHO, Pedro Lopes. Exportação de cacau, crescimento e desenvolvimento regional no sul da Bahia (1965-1980). **Economia**, Curitiba, v. 28/29, n. 26-27, p. 7-25, 2002/2003. LINS, Marcelo da Silva. **Os vermelhos na terra do cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. DANTAS, Emiliano Ferreira. **Os meeiros do cacau do sul da Bahia: trabalho, corpo e documentação**. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

47 A partir da década de 1970, uma nova região que recebeu o ciclo do café foi a do Triângulo Mineiro, mas, dessa vez, isso ocorreu nas áreas de Cerrado, e não nas de matas tropicais. Ver PRADO JÚNIOR, op. cit., 1983. MORAES, Antonio Carlos Robert. **A fazenda de café**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1989. KOHLHEPP, Gerd. **Colonização agrária no norte do Paraná: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café**. Maringá: Eduem, 2014. NAGAY, Julio Hidemitsu Corrêa. Café no Brasil: dois séculos de história. **Formação Econômica**, v. 3, n. 1, p. 17-23, 1999.

A história do café e do desmatamento das florestas tropicais em Goiás também é um tema ainda pouco explorado. Um exemplo é o trabalho de Dutra e Silva,⁴⁸ que se propõe a analisar a história ambiental e agrícola do Cerrado a partir das suas formações florestais e da colonização agrária na região do Mato Grosso de Goiás na primeira metade do século XX. O argumento dessa obra é de que a fronteira agrícola para o Cerrado do Brasil Central realizou-se, inicialmente, pela devastação das florestas na primeira metade do século XX, para depois ter ocorrido o aproveitamento dos campos, na década de 1970. O Mato Grosso de Goiás e, em particular, as matas de São Patrício – regiões compostas por uma formação florística específica, típica de “mato seco” – compunham a grande floresta tropical do Brasil Central, que passou a receber um fluxo de migração impulsionado pelas políticas de colonização promovidas pelo governo de Goiás e, posteriormente, pelo governo federal, por meio do Decreto-Lei nº 3.059, de 1941.⁴⁹

Assim, a concessão de áreas de mata “virgem” para os lavradores interessados em migrar para Goiás era respaldada pelo governo goiano – desde que o agricultor comprovasse o devido desmatamento e aproveitamento agrícola das terras. Aqui, a documentação analisada nos ajuda a compreender a relação entre o trabalho dos mateiros em Goiás, destacando as suas atividades de derrubada e queima das florestas, bem como o plantio de mudas de café, que garantiriam a eles a posse definitiva das terras.

Desde a primeira metade do século XX, sobretudo a partir da expansão da malha ferroviária, que abrangia os estados de São Paulo e Minas Gerais em direção a Goiás, a fronteira demográfica, camponeses e investidores buscavam as matas goianas para empreendimentos agrícolas.⁵⁰ O governo de Goiás, por exemplo, facilitava a ocupação de terras devolutas (geralmente, áreas públicas de florestas), encorajando a presença de camponeses para o devido desmatamento e aproveitamento agrícola dessas terras.⁵¹ Nesse sentido, os mateiros começaram a ter outra função, para além do arrendamento ou do que previam os contratos acordados com vistas ao desmatamento de propriedades de terceiros. Os documentos pesquisados sobre a expansão da fronteira demográfica e agrícola em Goiás mostram que o mateiro era também caracterizado como o colono pioneiro, que desmatava para também ter a garantia da posse e o registro das terras por parte do governo de Goiás (Figura 3). Essa é uma nova categoria de mateiro, cujo *ethos* reproduzia a função principal de derrubar e queimar as matas para fins agrícolas.

48 DUTRA E SILVA, op. cit., 2017.

49 BRASIL. Decreto-Lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941. Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, p. 3.029, 17 fev. 1941.

50 BORGES, Barsanufu G. **O despertar dos dormentes**. Goiânia: Ed. UFG, 1980.

51 DUTRA E SILVA, op. cit., 2017. CAMPOS, Francisco Itami. **Questões agrárias**: bases sociais da política goiana. Goiânia: Kelps, 2012.

Figura 3 – Uma família de lavradores de Nazário (Goiás) em casa temporária, construída em área de desmatamento. Destaque para pai e filho sujos de carvão oriundo das matas queimadas



Fonte: Robert Leighton Carmin.⁵²

A Figura 3 mostra uma família de mateiros em sua dura luta com a floresta. Nessa imagem, por exemplo, não aparece a matriarca da família, que provavelmente veio a falecer por circunstâncias comuns na região, como problemas no parto ou maleita.⁵³ Na década de 1920, algumas fontes documentais evidenciam a relação entre o papel dos camponeses, que buscavam o registro de suas terras junto ao governo de Goiás, comprovando que as matas foram derrubadas, e a existência de lavoura comprobatória do uso agrícola da propriedade. Nesses documentos, a presença de café era um dos elementos mais importantes para a comprovação do uso agrícola das matas. Assim, nos periódicos analisados, pudemos observar notas e publicações relativas à compra e à venda de imóveis, bem como às questões envolvendo a existência de lavouras de café ou aptas para esse fim. Esse fato pode indicar a potencialidade agrícola de uma determinada propriedade e o seu valor no mercado de trabalho.

Como ilustração disso, no dia 4 de setembro de 1920, foi publicada uma nota, no *Correio Oficial* – um periódico do governo de Goiás para publicações e outras notas oficiais –, na qual o Sr. José de Carvalho Azevedo requer, como procurador do Sr. Manoel Bruno de Almeida,

52 CARMIN, Robert Leighton. **Anápolis, Brazil**: regional capital of an agricultural frontier. Chicago: The University of Chicago, Departamento of Geography, 1953. (Research Paper, nº 35).

53 DUTRA E SILVA, op. cit., 2017.

dirigindo-se ao Sr. Secretário de Obras Públicas do governo de Goiás, a compra de um terreno denominado de “Corrego das Vaccas”, situado no município de Anápolis, distrito de Ribeirão Cachoeira. Nesse pedido, entre as qualidades e características do terreno e seus confrontantes, o procurador manifesta o interesse, caso houvesse sucesso no pleito, de plantar uma lavoura de café: “Caso se lhe conceda a compra, o suplicante pretende destinar o terreno a cultura do café e a de outros cereais. Dista do comercio mais próximo, arraial de Inhumas, dezoitos quilômetros, não tem sinais característicos, não é perto do traçado de Estrada de Ferro e nem de rio navegável”.⁵⁴ Geograficamente, essa propriedade está situada entre os atuais municípios de Anápolis e Inhumas, em uma região de floresta tropical conhecida, na época, como Mato Grosso de Goiás,⁵⁵ o que evidencia a prática do comércio fundiário voltado para a região florestal do sul goiano e também a importância em deixar evidente a finalidade agrícola do desmatamento para lavouras de café e outros cereais.

Isso é demonstrado igualmente em outra matéria, também do *Correio Oficial*, de 18 de dezembro de 1920, na qual o Sr. Nicodemes Nery da Silva propõe adquirir, por compra em espécie junto ao governo de Goiás, uma propriedade devoluta denominada “Fundão”, situada no município e no distrito de Trindade. No requerimento, fica subtendido que o comprador já desmatou a área, que ocupava regularmente, tendo o interesse em regularizar a documentação. Assim, o suplicante destaca os beneficiamentos já ocorridos no local, registrando possuir “plantação de café, casa, pastos fechados e mais benfeitorias, cujo terreno, consta de campos e matos, não tem rio navegável perto, nem estrada de ferro, contém 100 hectares quadrados”.⁵⁶

Segundo Itami Campos,⁵⁷ as questões agrárias e políticas estavam alinhadas desde que o favorecimento do governo goiano para a ocupação de áreas devolutas, na sua maioria em região de floresta, não originasse conflitos com os interesses das oligarquias locais, uma vez que os grandes pecuaristas goianos privilegiavam as áreas de campos e pastos, típicos do Cerrado. Além disso, a fragilidade logística de Goiás, com precárias rodovias e ferrovias, não atraía investidores interessados na compra dessas terras para fins agrícolas. Assim, restava ao governo de Goiás criar alternativas para a vinda de camponeses que queriam se fixar na região, a qual tinha baixa densidade populacional.

Na década de 1940, o governo federal estabeleceu, por meio de decreto, o projeto de instalação de colônias agrícolas federais, e o governo de Goiás foi protagonista em doar terras para a União nas matas de São Patrício, para a fixação de famílias de colonos camponeses.⁵⁸ Assim, além das áreas doadas aos colonos para atividade agrícola, a região periférica da zona de colonização passou também por uma intensa migração, composta por agricultores familiares que vinham de outras regiões (sobretudo do Triângulo Mineiro) em busca de terras mais baratas, na expectativa de ampliar o tamanho de suas propriedades. Nesse caso, não

54 ESTADO de Goiás. *Correio Oficial*, ano 63, n. 287, 4 set. 1920.

55 DUTRA E SILVA, op. cit., 2017.

56 ESTADO de Goiás. *Correio Oficial*, ano 63, n. 287, 18 dez. 1920.

57 CAMPOS, op. cit., 2012.

58 DUTRA E SILVA, op. cit., 2017.

apenas a área de colonização federal, como também as zonas florestais privadas passaram por ampla migração e consequente desmatamento. As pessoas envolvidas nesse processo de colonização federal recebiam apoio do governo para favorecer o desmatamento, o plantio, a colheita e a comercialização dos grãos.⁵⁹ As áreas privadas, por sua vez, precisavam da contratação de mateiros para o serviço de desflorestamento e para a entrega da terra beneficiada para o plantio, geralmente visando à instalação de fazenda de café.

Um relato que aparece como uma fonte privilegiada para compreender a utilização de mateiros no desflorestamento das matas de São Patrício são os registros deixados pela jornalista Virginia Prewett (1919-1988), que atuava como correspondente da imprensa norte-americana na América Latina, durante o século XX, atuando, inicialmente, na Argentina e, posteriormente, no Brasil, vindo a comprar terras na região das matas de São Patrício, próximo à Colônia Agrícola Nacional de Goiás.⁶⁰ No livro intitulado *Beyond the great forest*, publicado nos Estados Unidos, em 1953, ela deixou importantes registros sobre a sua experiência como fazendeira em Goiás.⁶¹ Em 1947, ela havia comprado uma propriedade rural na região e passou o ano seguinte procurando formas competentes para realizar o desmatamento da sua propriedade.

Em 22 de abril de 1950, foi publicado um artigo no jornal *The Saturday Evening Post*, informando que Prewett “entallhou uma fazenda no distante e fascinante sertão”⁶² no Brasil. O texto adotava um conteúdo romântico, procurando relacionar a sua origem rural, no Tennessee, à experiência com pioneiros ancestrais no oeste americano, os quais abriram caminhos na fronteira nos Estados Unidos. Em seu livro de 1953, Prewett descreve que, no final da década de 1940, era possível perceber o grau de desmatamento e de ocupação rural que se intensificava. Esta obra também adotava um tom romântico, a princípio, ao considerar a possibilidade de instalação de uma fazenda em Goiás como uma bucólica e aprazível experiência, como destacado no trecho: “Você pode contemplar desta morada as plantações e as lavouras que crescem nessa fazenda. E receber o ar refrigerado da floresta a proteger a retaguarda nas horas mais quentes do dia [...]”.⁶³ No entanto, neste livro, a narrativa romântica vai cedendo lugar para o realismo jornalístico, ao descrever, de forma dramática, o processo de desmatamento de sua propriedade em Goiás. O contato de Prewett com a natureza hostil e a experiência com o processo de queimada e desmatamento nas matas de São Patrício acabaram por modificar a visão idealista de sua terra natal, no Tennessee. Suas narrativas passaram a adotar uma dramaticidade quando ela descreve o trabalho dos mateiros. Essa é uma fonte privilegiada porque Prewett não apenas descreve com detalhes as regras do contrato de trabalho tradicionalmente adotado pelos mateiros, mas também expõe estranhamentos por considerar esse contrato ineficiente e muito distinto das formas assalariadas que ela conhecia.⁶⁴ Essa narrativa descreve que os

59 Ibidem.

60 Ibidem.

61 PREWETT, Virginia. **Beyond the great forest**. New York: E.P. Dutton & Co., Inc, 1953.

62 Idem. I homesteaded in Brazil. **The Saturday Evening Post**, April 22, 1950. p. 40. Tradução livre do autor.

63 PREWETT, op. cit., 1953, p. 10-11. Tradução livre do autor.

64 Ibidem.

mateiros eram contratados por um tempo determinado e que, nesse período, eles tomavam as rédeas do desmatamento e do processo de plantio subsequente. A contratante deveria apenas determinar a área a ser desmatada e o tempo aproximado para esse fim. Assim, os mateiros eram distribuídos em lotes, onde promoviam a derrubada e a queima das árvores centenárias da floresta tropical, que havia resistido a outras ondas de imigração, mas foi derrubada e transformada em cinzas e carvão. Nenhuma outra finalidade era dada a esse farto e rico recurso florestal. Não havia madeireiras na região, e as madeiras de lei eram simplesmente incineradas para ceder lugar a lavouras de arroz para alimentar as famílias dos mateiros.

Outra função dos mateiros era destocar a área, ou seja, limpar os troncos de árvores restantes e promover o plantio nas partes que permitiam o uso agrícola do solo. A colheita de arroz seria repartida com a proprietária. Uma fotografia feita pelo geógrafo Henry Bruman, em visita a Goiás, em 1952, retrata o trabalho dos mateiros em uma área na Colônia Agrícola de Goiás, nas proximidades da fazenda de Prewett. Na Figura 4, podemos perceber uma área-limite, ao fundo, que mantém ainda o dossel florestal, possivelmente a parte limítrofe da demarcação dos lotes. Ao mesmo tempo, a fotografia apresenta mateiros trabalhando com machados, provavelmente na fase de destoco. É importante perceber que existem brotos na área desmatada e que o solo não apresenta depósitos de cinzas, mas um terreno escuro, o qual nos permite considerar que essa área tenha sido queimada anteriormente (provavelmente durante a estiagem) e que o solo já possuía a umidade característica do período das chuvas.

No Brasil Central, a sazonalidade entre período chuvoso e estiagem varia entre os meses de outubro a abril (chuvoso) e maio a setembro (seco). Assim, como os registros da visita do geógrafo Henry Bruman a Goiás⁶⁵ indicavam que ele esteve na região das matas de São Patrício em janeiro de 1952, o trabalho dos mateiros nesse momento parece ter sido o de retirada de tocos e madeiras para diferentes fins (como se observa pela presença de lenha retirada provavelmente para o consumo doméstico). A Figura 4 nos permite conjecturar sobre o estágio do beneficiamento da floresta para uso agrícola. Ainda restavam muitos tocos e madeira a serem descartados. Além disso, essa limpeza seria necessária para o plantio das roças, o que nos leva a inferir que essa era uma roça que ainda estava em fase inicial de contrato de trabalho. O modelo de coivara, que a fotografia nos apresenta, reproduzia, no Brasil Central, na primeira metade do século XX, um padrão de uso da terra muito comum para as plantações de café nas áreas florestadas da Mata Atlântica, no Sudeste brasileiro, baseado na derrubada e na queima dos recursos florestais.⁶⁶

65 BELL, Stephen. Making tracks toward the environmental history of Brazil: a personal journey in historical geography. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 3, n. 2, p. 15-33, jul.-dez. 2014. DUTRA E SILVA, Sandro; BELL, Stephen. Colonização agrária no Brasil Central: fontes inéditas sobre as pesquisas de campo de Henry Bruman em Goiás, na década de 1950. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 198-225, jan.-abr. 2018.

66 DEAN, op. cit., 1996. JAMES, op. cit., 1953.

Figura 4 – Área desmatada para plantação de café nas proximidades de Ceres, Goiás



Fotografia de Henry Bruman, 1952. Fonte: Stephen Bell.⁶⁷

A narrativa de Prewett⁶⁸ e o cenário dramático da fotografia de Bruman se assemelham ao retratarem o realismo social experimentado na relação entre os mateiros e os colonos na expansão da fronteira agrícola e demográfica em Goiás, em meados do século XX. Prewett, diferente de outros relatos e das promessas oficiais para as marchas em direção ao Brasil Central, que apontavam para uma terra de promissão, procurou retratar os desafios em lidar com a natureza hostil, a pobreza das famílias de mateiros, as constantes doenças tropicais que acometiam os colonos pioneiros, que se aventuravam em desmatar a densa floresta para construir o seu rincão. Ao invés de destacar as belezas naturais e a exuberância da fauna, a fronteira se apresentava para Prewett com imagens cinzas e enfumaçadas das queimadas de árvores centenárias nas florestas de São Patrício, em Goiás.

67 BELL, op. cit., 2014.

68 PREWETT, op. cit., 1953.

Considerações finais

OS MATEIROS SÃO AGENTES históricos associados à concepção de frente de expansão ou de fronteira que avança sobre os recursos naturais disponíveis no território brasileiro, de forma distinta tanto histórica quanto ecologicamente. Nesse sentido, considerando a visão mais pragmática no contexto latino-americano,⁶⁹ o mateiro, como categoria analítica, representou papéis e funções distintas no cenário da fronteira. Isso porque não se trata de algo homogêneo, tanto do ponto de vista ecológico quanto de acordo com as possibilidades econômicas e políticas, tornando o território uma categoria dinâmica em que os processos históricos favoreciam interpretações da relação entre sociedade e natureza.

Para Hennessy,⁷⁰ o que caracterizava a fronteira na América Latina não era a visão romântica de constituição de características civilizatórias próprias para os agentes desse processo, estabelecendo padrões comportamentais e valores, que marcavam um novo estilo de vida nesse contato com o mundo natural. Para Turner,⁷¹ a *wilderness* (o mundo natural) colonizava o homem fronteiro (o desbravador das terras no sertão hostil). Ele, ao mesmo tempo que era condicionado, também condicionava esse ambiente. No entanto, do ponto de vista cultural, o impacto da relação com o mundo natural criava um novo agente na fronteira, marcado pelo senso da individualidade e da defesa da liberdade (propriedade). Essa foi uma das teses de Turner sobre a fronteira nos Estados Unidos, e que Hennessy considera não ser adequada para a interpretação da relação entre os agentes da fronteira (no nosso caso, os mateiros) e o mundo natural. A fronteira na América Latina também era marcada pelo contato impactante do mundo natural com suas rusticidades e hostilidades naturais, sendo também lugar de encontros humanos, marcados por brutalidade, em que o mundo natural, de certa forma, condicionava modos de agir e viver, estabelecidos pelo senso da violência. Era, assim, um lugar de lutas, conflitos, hostilidades, que, de certa forma, forjava resiliências, não apenas na luta com o mundo natural, mas com as diferentes sociedades humanas que experimentavam temporalidades e intencionalidades distintas nesse contexto. No caso da América Latina – e diferentemente do modelo norte-americano, defendido por Turner⁷² –, a dominação local e a imposição de oligarquias caracterizavam as relações entre trabalho e recursos naturais.

A representação dos mateiros na fronteira amazônica originou papéis e funções distintas para esse personagem histórico, sobretudo a partir de atividades muito associadas aos caminhos e às expedições na floresta. Assim, os mateiros eram trabalhadores contratados para missões nas matas, em razão do seu conhecimento da geografia e de formas alternativas de sobrevivência no dossel equatorial. Eles também conheciam os perigos e as ameaças dos silvícolas, e esse saber sobre as comunidades indígenas poderia significar uma segurança nas expedições. Nem

69 HENNESSY, Alistair. **The frontier in Latin American history**. Londres: Edward Arnold, 1978.

70 HENNESSY, op. cit., 1978.

71 TURNER, op. cit., 2010.

72 Ibidem.

sempre isso era uma garantia, pois, em algumas ocasiões, as recomendações dos mateiros eram desobedecidas.

Em um segundo momento, nosso trabalho procurou focar outra abordagem ou outra representação do mateiro como um personagem cujos papéis fundamentais são o desmatamento e o deslocamento demográfico e agrícola da fronteira. Talvez, nessa representação, teríamos o *frontiersmen* clássico, mencionado nos trabalhos geográficos tanto de Waibel⁷³ quanto o de James,⁷⁴ que compreendem esse agente do mundo rural em deslocamento e avanço sobre as florestas tropicais. Essa é uma representação que podemos citar aqui de forma breve – pois tal análise mereceria um trabalho mais amplo, que ainda estamos desenvolvendo –, isto é, a figura do mateiro como o “caipira”, tão bem explorada pela literatura e pelos estudos etnográficos.⁷⁵ No caso do mateiro e de seu avanço para o Brasil Central, são fundamentais a diferenciação muito evidente dos territórios ecológicos da fronteira e o reconhecimento dos momentos históricos em que esse fenômeno ocorre. Desde a criação do mapa de biomas, em 2004, as formações fitogeográficas no Brasil passaram a ser generalizadas a partir dessa matriz ambiental, causando confusões, sobretudo na visão histórica das composições florísticas da fronteira. Esse tem sido, por exemplo, um tema recorrente quando pensamos no Cerrado, que, mesmo com a predominância das formações savânicas, contempla áreas de florestas que foram ocupadas antes da expansão agrícola sobre os campos.⁷⁶ É importante compreendermos que o bioma Cerrado é composto por um mosaico de fitofisionomias que caracterizam essa formação biogeográfica, dentro das quais estão tanto as áreas florestais de “mato seco” – que não dependiam das formações fluviais, mas sim da fertilidade do solo para a sua composição – quanto as matas ciliares e matas de galeria, que se formavam às margens dos rios.

A compreensão da complexidade fitogeográfica do Cerrado é fundamental quando nos propomos a analisar o papel histórico dos mateiros e sua dinâmica na fronteira. Isso porque a ocupação e a expansão da fronteira agrícola para o Cerrado não ocorreram inicialmente nas áreas de domínio dos campos, mas nas florestas tropicais que margeavam os rios (matas ciliares e de galeria) e naquelas de solo fértil (mato seco), como as florestas do Mato Grosso de Goiás.⁷⁷ Os campos e as formações savânicas foram considerados, por muitos anos, áreas impróprias para a agricultura, pela infertilidade natural dos solos ácidos e lixiviados do Cerrado.⁷⁸ As florestas tropicais, por sua vez – tanto as áreas chamadas de “mato seco” quanto as matas ciliares e matas de galeria –, receberam um afluxo migratório em Goiás na primeira metade

73 WAIBEL, op. cit., 1947. WAIBEL, op. cit., 1948.

74 JAMES, op. cit., 1953.

75 LOBATO, Monteiro. **Urupê**. São Paulo: Editora Unesp, 2020. CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1964. (Coleção Documentos Brasileiros).

76 DUTRA E SILVA, op. cit., 2017.

77 DUTRA E SILVA, op. cit., 2017. DUTRA E SILVA, Sandro. Challenging the environmental history of the Cerrado: science, biodiversity and politics on the Brazilian agricultural frontier. **Historia Ambiental Latinoamericana Y Caribeña (HALAC)**, v. 10, n. 1, p. 82-116, 2020.

78 BOAVENTURA, Kárita de Jesus; SILVA, Claiton Marcio da; DUTRA E SILVA, Sandro. Building soil fertility: Embrapa and the agronomic development for the “conquest” of the Brazilian Cerrado (1975-95). **Historia Agraria**, n. 89, p. 247-278, 2023. DUTRA E SILVA, Sandro. Ecological ideas and historical construction of the Brazilian Cerrado. **Latin American History**, 19 jul. 2023.

do século XX, aproveitando o avanço da malha viária para esse estado.⁷⁹ Assim, o avanço da fronteira ocorreu também com a frente demográfica e seus agentes, entre eles, os mateiros.

O debate sobre o papel dos mateiros envolve questões como a identidade ética desse personagem, além de tópicos sobre gênero e raça, os quais, embora relevantes, extrapolam o escopo deste trabalho. Entretanto, são pontos fundamentais para ampliar a discussão sobre essa categoria, que apresenta tanta diversidade e complexidade.

Outro elemento rico nesse tema é a crítica à retórica desbravadora e civilizatória associada à fronteira, vista como uma campanha de conquista sobre a floresta como uma forma de conquista e de imposição de padrões culturais e sistemas de poder.⁸⁰ Dessa forma, tratar da ecologia política pode ser um caminho para uma reflexão mais ampla sobre a ação civilizatória do desbravamento como ato positivo de conquista e inserção do território em sistemas de poder. Esse método pode identificar os conflitos históricos das diversas temporalidades na fronteira⁸¹ e, ao mesmo tempo, pontuar os conflitos socioambientais desencadeados pela busca por recursos ecológicos e justiça social no contexto da fronteira, sendo descrito por Juan Martínez Alier como “ecologismo dos pobres”.⁸² Assim, o papel do mateiro como trabalhador contratado para a missão “civilizadora” expõe os conflitos territoriais com indígenas e as populações mais vulneráveis na fronteira. Esse é outro tema fundamental para um debate sobre o avanço da fronteira agrícola e os conflitos com populações tradicionais no Brasil, apontando que os conflitos socioambientais transcendem a disputa por recursos naturais. Eles abrangem questões mais profundas relacionadas a poder, território e identidade.⁸³ Assim, os mateiros são uma representação fundamental para a historiografia da fronteira, sobretudo àquela interessada nos estudos sobre a força de trabalho utilizada nos avanços demográficos e agrícolas na relação com o mundo natural. Os mateiros são, portanto, personagens icônicos para a historiografia ambiental, sobretudo quando consideramos o seu papel nas frentes de expansão, na relação entre colonização e desflorestamento no Brasil. As suas funções distintas em diferentes matrizes ambientais – seja nas florestas do Norte brasileiro ou na floresta atlântica – e as suas alegorias no que concerne ao mundo natural são cheias de representações, tornando esse personagem uma referência nas interpretações da fronteira e das alterações das paisagens no Brasil.

Recebido em: 26/08/2024

Aprovado em: 21/11/2024

79 DUTRA E SILVA, op. cit., 2017.

80 ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

81 Martins, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

82 ALIER, Juan Martínez. **O ecologismo dos pobres**: a luta ambiental e a justiça social. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

83 ALIER, op. cit., 2007. ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**: por uma outra história da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. LITTLE, Paul E. **Conflitos ambientais e movimentos sociais**: a luta por justiça ambiental no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2015.